



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CIFORM
Identificação: CIDADE 09
Data: 11 a 17/02/2013

Justiça pode proibir Bompreço de manipular alimentos

Vistorias realizadas comprovam presença de insetos vivos em alimentos. Muitos desses estavam sendo comercializados fora da data de validade

Níura Belfort
cadernoum@ciform.com.br

■ Falta de higiene e limpeza, produtos com validade vencida e adulterada, e presença de insetos em alimentos comercializados em três lojas do Supermercado Bompreço, da Rede Walmart, motivaram o **Ministério Público do Estado - MPE**, a ingressar com uma Ação Civil Pública - ACP - contra a empresa no Tribunal de Justiça de Sergipe - TJ/SE. A ação foi impetrada pelo promotor Daniel Carneiro Duarte, da Promotoria de Defesa do Consumidor.

A decisão foi tomada após a conclusão de um inquérito civil, instaurado pelo **MPE**, que comprovou a veracidade de denúncias feitas por consumidores contra as lojas do Bompreço das Avenidas Sílvio Teixeira, Pedro Valadares e Gonçalo Rollemberg Leite, conhecida por Nova Saneamento.

“O supermercado, em questão, está descumprindo diversos comandos normativos, na medida que não adota as medidas necessárias para regular a manutenção do sistema de certificação idônea dos prazos de validade, bem como as normas de higiene, causando evidentes prejuízos aos consumidores”, afirmou o promotor.

ODOR

Durante a investigação, o **MPE** solicitou exame pericial da Divisão de Engenharia e Perícia do órgão e o auto de apresentação da Delegacia de Proteção ao Consumidor e Meio Ambiente - Deprocoma - que comprovaram diversas irregularidades.

Na análise do pão Recife, por exemplo, o Instituto Tecnológico e de Pesquisas de Sergipe - ITPS - constatou a presença de inseto vivo no produto que estava com a data

“ELES NÃO TÊM MEDO DE NADA”, DIZ PROFESSOR

As irregularidades cometidas pelo Supermercado Bompreço foram denunciadas ao **Ministério Público do Estado - MPE** - pelo professor universitário Thales Brandão. Tudo começou quando ele comprou um pão, fabricado pela empresa, na loja da Avenida Pedro Valadares.

“Eu vi que a data de fabricação era futura, ou seja, eu compro hoje e ele seria feito amanhã. Todos os pães estavam assim. Procurei o gerente, mas não havia ninguém na loja que pudesse me atender”, afirma. Thales levou o pão para casa e observou que ele estava estragado.

Imediatamente, o professor ligou para o Serviço de Atendimento do Consumidor do Walmart. “Expliquei que eles estavam enganando o consumidor e tentei negociar um acordo. Sugeri que eles saíssem com uma nota pública admitindo o erro e fornecessem duas fornalhas de pão para uma

instituição de caridade, mas eles não aceitaram”, relata.

Algum tempo depois, Thales voltou à loja e percebeu que havia outros produtos com data de validade vencida, fato que verificou estar ocorrendo também na loja do Jardins. “Na seção de pães, encontrei um no qual havia uma barata viva”, ressalta.

DENÚNCIA

O professor comprou o produto e levou ao Deprocoma. “Pedi que fosse feita uma investigação e passei a fiscalizar com mais afinco. Encontrei calabresa e presunto com validade vencida”, relata. Um dia, pensando em fazer um cachorro-quente, Thales foi ao Bompreço comprar carne moída.

“Todas estavam com a data de validade fraudada. Havia duas etiquetas. Comprei três embalagens e fui ao estacionamento. Liguei para a polícia que

fez o flagrante. Um médico serviu de testemunha”, diz. Thales garante que também procurou a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon - e a Vigilância Sanitária de Aracaju. “Eles não fizeram nada”, diz.

Por causa das denúncias, Thales diz que foi ameaçado pelos gerentes do Bompreço. Mesmo assim, ele não se intimidou. Reuniu todas as provas e protocolou uma denúncia no **MPE**. “São grandes corporações que não têm medo de nada. Vendem produtos com validade vencida, comprometendo a saúde do consumidor, porque não têm medo de ninguém”, salienta.

Thales espera que esse problema, detectado no Bompreço, seja solucionado e alerta os consumidores para que fiscalizem todos os supermercados do Estado, um trabalho que, segundo ele, deveria ser feito pelos órgãos que têm essa atribuição.

de validade vencida e apresentava aspecto esfarelado e odor estranho.

Já o relatório da Defesa Sanitária Estadual prova que as condições de higiene das lojas do supermercado são inadequadas e o ambiente é propício à proliferação de vetores e roedores. Além disso, os fiscais constataram que havia alimentos congelados e refrigerados fora do freezer e insetos mortos nos locais onde ficam expostos queijos e pizzas.

INTERDIÇÃO

O promotor ressaltou que essas irregularidades foram comprovadas em diversos estabelecimentos do Bompreço, portanto, não se trata de um fato isolado. Por essas razões, o **MPE** ingressou com a Ação Civil Pública e re-

quer providências imediatas da Justiça, “uma vez que o Bompreço optou por manter a conduta, ignorando as consequências desses atos para a saúde pública”.

O **MPE** quer que o Judiciário impeça o Bompreço de preparar, manipular e embalar alimentos e limite-se a comercializar apenas os produtos adquiridos do fabricante, até que sejam feitas as adequações sanitárias indispensáveis para atender as normas sanitárias.

Requer também que o supermercado seja proibido de vender ou expor produtos alimentícios sem identificação da origem e lote, prazo de validade, lista de ingredientes, nome e razão social do fabricante. O **MPE** solicita ainda que a Justiça interdite a cozinha da loja da Avenida Pedro Valadares.

DENTRO DAS NORMAS

Em nota, a direção do Bompreço e do Hiper Bompreço afirma que a qualidade dos produtos comercializados nas lojas do grupo e os serviços de limpeza e higiene são prioridade na operação de todas as lojas que adotam, regularmente, uma série de procedimentos voltados à segurança alimentar.

“Todos os espaços destinados à manipulação dos alimentos, bem como os procedimentos colocados em prática nesses locais, atendem às normas sanitárias vigentes. Em relação à ação do **Ministério Público de Sergipe**, a empresa informa que espera ser notificada oficialmente para prestar os devidos esclarecimentos”, diz. ■